

DEBATES

UNIVERSIDADE E MUDANÇA

Constança Marcondes Cesar
 Instituto de Filosofia
 PUCCAMP

O que mudou no Brasil nos últimos 25 anos? Certamente a Universidade. Na década de sessenta, antes da Revolução, a Universidade se caracterizava por uma efervescência de idéias, debates. Eixos da vida cultural, a São Bento e a Universidade de São Paulo eram marcadas pela presença de professores europeus — Van Acker, o Pe. Michel Schooyans, Vilém Flusser, entre outros. Os professores brasileiros, por sua vez, tinham formação européia, vinham de estágios, visitas e cursos ou defesas de tese no exterior. A Universidade se caracterizava pelo pequeno número de alunos, representantes da elite do país e pela busca de um padrão de qualidade, nas produções científicas, que era medido por critérios internacionalmente aceitos. Poucas e excelentes universidades: esse era o cenário.

Já nesse momento, no entanto, intelectuais significativos como Vicente Ferreira da Silva, não pertenciam aos quadros institucionais.

Esse problema foi acentuado com a Revolução de 64 e a política educacional, esboçada pouco antes e que teve sua orientação mantida pelo governo militar. Sob o pretexto de democratização do ensino, eliminou-se o latim e reduziu-se ao mínimo as aulas de línguas vivas no colegial; uma espécie de imbecilização coletiva foi levada a efeito e mantida durante muitos anos.

A Universidade abriu suas portas à massa de alunos assim (de) formada no colegial; por outro lado, o silêncio imposto pela Revolução transformou os alunos dos cursos superiores numa massa pouco questionadora, preocupada com o diploma, que passou a ser, mais que a aquisição de conhecimento, o objetivo principal dos vestibulandos. A seleção qualitativa e cuidadosa mediante provas individuais e de redação, foi substituída por testes, cuja possibilidade de acerto, mesmo que não se domine o assunto, é bastante grande.

Uma Universidade silenciada pelo medo. Aulas onde os assuntos perigosos eram cuidadosamente evitados. Lembro ainda, quando estudante, ter perguntado ao professor, em uma aula de Didática, sobre a validade e interesse do "método Paulo Freire" de alfabetização. A resposta do professor foi sintomática: não podia abordar em aula "assuntos subversivos".

Em 1968, os movimentos estudantis mundiais repercutem aqui. Fala-se da reforma universitária, discute-se, a Universidade se agita. As aulas param. Só se debate a mudança. O exagero e a confusão chegam ao auge. Na época, convidei o Dr. Ignácio Silva Telles para fazer uma conferência, sobre Universidade, aos meus alunos. Estes recusaram-se a entrar na sala, pois queriam discutir sozinhos o assunto.

Evidentemente, a atitude radical dos estudantes, sob um governo militar, foi imediatamente sufocada.

Voltamos à Universidade calma, cuja tranqüilidade aparente era mantida — soube depois — pela denúncia dos estudantes subversivos às autoridades policiais, cujos métodos de normalização de comportamento não diferiam muito dos da Inquisição.

Até recentemente, acreditava que a culpa da imbecilização coletiva que o silêncio da Universidade fazia transparecer, era do governo ditatorial militar. Leituras sobre a situação da Universidade em todo o mundo fizeram-me alterar essa opinião.

Parece que há um rebaixamento global do nível de ensino, em toda a parte. Uma nova invasão dos bárbaros, como diz meu amigo Dr. Agostinho da Silva, na sua leitura de nosso tempo?

Certamente vivemos o fim de uma época, o fim de um mundo. A Universidade de elite que conhecemos desapareceu. A vida cultural criativa se faz *fora* das Universidades, através de pesquisadores independentes, em centros avançados e em alguns cursos de pós-graduação.

A democratização do colegial e da Universidade deu-se através de inúmeros cursos e faculdades, na maioria particulares e de qualidade duvidosa, a fim de atender à demanda, não de conhecimento, mas de diplomas. O conseqüente rebaixamento de nível tornou-se objeto de tristes piadas, como a dos dois **m**: **mobral** e **madureza**, caminhos para a Universidade. A piada consistia em assinalar como vias de acesso ao nível superior, o curso oficial de alfabetização de adultos (**mobral**) e o colegial feito em prazo curso (**madureza**), pelos indivíduos mais velhos que buscavam concluir rapidamente as formalidades necessárias para obter o diploma do curso médio. Assim, alunos de formação intelectual precária, mal alfabetizados e mal preparados pelo colegial rápido, tentavam a Universidade. E, o que é pior, eram aprovados no vestibular.

Na década de 70, começou-se a organizar, de modo sistemático, os cursos de pós-graduação. O trabalho que era feito por escolha e aceitação entre orientando-orientador, passou a ter caráter institucional. O pretendente ao mestrado ou doutorado devia cumprir uma série de disciplinas, oferecidas em algumas Instituições. E, sob orientação, preparar sua dissertação de mestrado ou doutorado.

Aquilo que era uma opção de aprofundamento, uma escolha livre de buscar um título não obrigatório, tornou-se uma exigência: o título era condição, numa Universidade abastardada, para alguém ser professor. A pesquisa foi estreitamente ligada ao ensino, como tentativa de salvar a Universidade da maré montante de alunos mal preparados e de professores-horistas, sem tempo de estudar. Fazer tese virou exigência, condição para dar aula em Universidade. Mas muitas Universidades, em especial as não oficiais, não promoveram regimes de trabalho que permitissem aos professores **tempo** suficiente para o pós-graduação. Assim, escrever a tese fez-se ato heróico: estudar, criar, **apesar** da Universidade e não **na e pela** Universidade.

O caráter lúdico do trabalho criador, que deveria imperar na Universidade, foi substituído pela **guerra** do escrever, sem qualquer apoio institucional. Resultado: muitos **nunca** apresentaram as suas teses, ou porque não eram capazes de realizar **trabalho criador**, embora fossem bons transmissores de conhecimento, ou porque o acúmulo de trabalho ou a má remuneração por hora-aula não eram acicates suficientes para que alguém se desse ao trabalho de escrever e pesquisar.

A década de setenta marca o início de uma ruptura, cada vez mais acentuada na década de 80, entre a Universidade enquanto cursos de graduação e a

Universidade enquanto cursos de pós-graduação em sentido estrito. A graduação se torna, cada vez mais, um lugar de repetição e de transmissão do saber. Não se domina mais nenhuma língua estrangeira, nem sequer o espanhol. E o português, mal falado e mal escrito, não permite grandes vôos.

Aquilo que caracterizava a graduação da década de 60: domínio da língua materna, de uma língua estrangeira ao menos, de métodos e técnicas de trabalho científico — ensinados no primeiro ano do curso — desloca-se, agora, para o pós-graduação. É antes da defesa de tese — e raramente na seleção inicial — que se pede ao aluno para demonstrar o domínio de uma língua estrangeira. É no pós-graduação que se tem como disciplina obrigatória **Metodologia do Trabalho Científico**.

Ou seja: é no pós-graduação que se acha, hoje, o nível de qualidade que ocorria na graduação da década de sessenta.

Esforços enormes no sentido de melhora qualitativa dos cursos de pós — treze, em todo o país, no que tange à Filosofia — vem sendo feitos: avaliação sistemática pela CAPES, divulgação dos resultados e sugestões para que se alcance desempenho satisfatório; exigência de produção científica, credenciamento dos cursos por curto prazo, criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), a divulgação de um boletim com informações sobre defesas de teses e eventos nos diferentes cursos, a troca de publicações entre as Universidades.

Houve, também, um distanciamento crescente entre a qualidade de ensino oferecida pelas Universidades particulares e as do Estado. Alguns centros de excelência assumiram o papel de manter e apoiar pesquisas de vanguarda, de alta qualidade, tais como a USP e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Graças a esses centros de excelência, foi dado um passo adiante nas relações das Universidades brasileiras e as estrangeiras na década de 80: não se trata mais, no país, de irmos buscar lá fora categorias e aprimoramento. As visitas e estágios no exterior têm sido feitas, atualmente, mais com vistas a estabelecer equipes de trabalho e cooperação internacional, do que copiar modelos e importar cultura.

A preocupação em promover colóquios, congressos, encontros, no país, com a presença de especialistas brasileiros e estrangeiros, trabalhando em colaboração, tem na USP e na UNICAMP exemplos de proa. Os congressos de Lógica, Filosofia e História da Ciência, da UNICAMP; o recente congresso sobre a Inquisição, promovido na USP, com apoio da Fundação Gulbenkian, da FAPESP, Ministério da Cultura do Brasil, entre outras entidades, expressam essa direção.

A organização do pós-graduação estrito vem sendo acompanhada, no final da década de 80, pela multiplicação dos cursos de pós-graduação considerados em sentido amplo, que visam reciclar e ser, em termos de ensino, uma espécie de graduação melhorada, de "verdadeira" graduação, com um certo nível de exigência. Se tal "graduação intermediária" é um bem ou um mal, somente os deuses — ou o tempo — poderão dizer.

VIGIAR E PUNIR

A REFORMA PENAL E A PASTORAL CARCERÁRIA CATÓLICA*

Maria Soares de Camargo
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas

Nas rebeliões que sacodem as prisões de São Paulo nesse momento, a grande reivindicação dos presidiários é a aplicação imediata do novo código penal. Isso porque, grosso modo, a nova legislação, partindo do pressuposto que a prisão é uma instituição falida, procura evitá-la e proporciona maiores condições de cumprimento de pena em regime de semiliberdade.

Essa orientação já vem sendo colocada em prática desde 1972 pela Associação de Proteção e Assistência ao Condenado — APAC, fundada em São José dos Campos e hoje difundida em dezenas de comarcas do país. Trata-se de uma associação destinada à reeducação e reintegração social de presidiários, é entidade civil, de cunho marcadamente religioso, integrada por membros de movimentos católicos de classe média, em especial dos “Cursilhos de Cristandade”. A atuação da APAC pode ser considerada como “pastoral carcerária”, ou seja, forma de presença da Igreja Católica nas prisões, e também do ponto de vista pedagógico e político, como um “sistema” de reeducação de presidiários.

O “sistema APAC” propõe a reeducação dos presidiários através de vários estágios, numa escala de recuperação que vai desde o momento da prisão até seis meses após o cumprimento da pena, com especial ênfase ao regime da semiliberdade. A metodologia aplicada ao longo da escala de recuperação remete aos **mecanismos disciplinares** descritos por Michael Foucault quando da passagem da punição à vigilância no início da época contemporânea. Os mecanismos disciplinares ultrapassaram os muros dos estabelecimentos fechados e passaram também a circular em estado “livre”.¹

O sistema reeducacional da APAC apresenta-se como inovatório por retirar o preso o mais cedo possível detrás das grades: já no fim do primeiro estágio o condenado pode ser autorizado a deixar a prisão para visitar a família e participar de atos religiosos, desde que devidamente acompanhado por um casal de membros da Associação que se responsabiliza por sua orientação e a quem o reeducando passa a chamar de “padrinhos”. No segundo estágio os reeducandos passam a viver no Centro de Reintegração Social, pavilhão com alojamentos coletivos, de portas abertas para a rua. Frequentam cursos profissionalizantes e são colocados pela APAC em empresas com as quais os padrinhos mantêm contato sistemático.

Para ingressar no Centro de Reintegração Social os reeducandos assinam um termo de compromisso, individualmente, no decorrer de uma cerimônia institucional. As exigências disciplinares que constam do compromisso assinado

(*) Trabalho apresentado no Colóquio Foucault, promovido pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de 15 a 20 de abril de 1985, na Cidade Universitária, São Paulo.

implicam no respeito absoluto aos horários, na promessa de jamais ausentar-se do local sem ordem superior, o empenho no trabalho, estudo e práticas religiosas, a obediência às autoridades, além das proibições relativas ao uso de expressões “de baixo calão”, da companhia de mulheres de “vida fácil” e de “elementos comprometidos”, de “brincadeiras de mau gosto” e de transações financeiras.

A organização do pavilhão repousa sobre o “Conselho de Solidariedade e Sinceridade”, ao qual os reeducandos devem filiar-se a partir do segundo estágio de recuperação. O presidente da APAC nomeia um reeducando de sua confiança para presidir ao Conselho, e esse escolhe o vice-presidente e o secretário. Agrupa os demais reeducandos de cinco em cinco, podendo dissolver ou reformular os grupos quando julgar necessário. Os reeducandos de cada grupo de cinco elegem um coordenador que os representa no Conselho, fazendo a ligação entre o grupo e a diretoria. O Conselho de Solidariedade e Sinceridade administra o Centro de Reintegração Social, sob a orientação dos diretores da APAC, que se revezam para se fazer presentes diariamente. Cabe ao Conselho também a função de tribunal, julgando as infrações às regras constantes do termo de compromisso e indicando à direção da APAC punições, advertências, elogios e promoções. O Conselho forma ainda patrulhas encarregadas de procurar os reeducandos que se evadem, no intuito de convencê-los a retornar ao Centro de Reintegração Social antes que as fugas sejam comunicadas à Polícia, que, ao encontrá-los, os trariam de volta às grades.

No Centro de Reintegração Social vê-se concretizada a **vigilância hierárquica** descrita por Foucault, com a distribuição de uma série de papéis dentro de um sistema integrado que faz de todos “fiscais perpetuamente fiscalizados”². Uma gama de comportamentos que não aparecia na prisão, no regime semi-aberto torna-se objeto de sanção. Como observa Foucault, o sistema disciplinar chega aos elementos mais tênues e longínquos, e por si mesmo **normaliza**, disciplinando o tempo, as atividades, as maneiras de ser, encontrando-se “cada indivíduo... preso numa universalidade punível-punidora”³. A técnica do exame é exemplarmente aplicada, a classificação dos reeducandos faz-se com cuidado e a observação das condutas é documentada até aos pormenores, visando possibilitar a promoção nos estágios até se chegar à condição de “reeducando-modelo”.

Embora as promoções na escala de recuperação sejam concedidas pelo Juiz competente, o parecer é elaborado pela APAC (diretores, padrinhos, reeducandos-modelo). A prática, nesses treze anos de experiência da APAC, demonstra que o sistema só funciona quando conta com o poder de conceder benefícios judiciais. Desse poder chegam a participar os reeducandos-modelo porque os que recebem tal título **identificam-se** totalmente com o ideal da APAC, assimilam seus valores, assumem as mesmas formas de comportamento. O reeducando-modelo é a concretização da meta final da APAC: o cidadão integrado perfeitamente à sociedade tal qual ela lhe é apresentada, ocupando o lugar que lhe é destinado. Os resultados da experiência, nas comarcas onde ela pode ser realizada integralmente, **demonstram que realmente o poder é criador**, constrói indivíduos, fabrica o cidadão prestante, o pai de família exemplar, o operário padrão... A positividade do poder, como enfatiza Foucault, ocasiona uma baixa significativa do índice de reincidência criminal nos egressos do sistema penitenciário atingidos pela APAC.

Nas solenidades comemorativas da APAC, com o conagraçamento dos dirigentes, padrinhos, autoridades e reeducandos, entoando em conjunto cânticos comunitários, evidencia-se o **poder disciplinar manifestado por seus efeitos**. Assinala Foucault que nesta modalidade de poder a **visibilidade é invertida**: “ao invés de impor sua marca aos seus súditos, capta-se num mecanismo de objetivação”⁴.

Concluindo: o binômio segurança-disciplina, meta real do sistema penitenciário tradicional, vem sendo reforçada pela prática da APAC, embora esta

apareça como uma alternativa à pena de prisão. Isso leva ao questionamento da nova lei penal e da participação comunitária por ela prevista na fase de execução da pena. Questiona também a prática pastoral da Igreja Católica, cujo modelo de pastoral carcerária contrasta com o discurso de libertação proposta na América Latina, nos últimos vinte anos.

Uma pista a ser seguida nessa indagação é indicada por Michel Foucault: a análise da instituição prisional em suas raízes, considerando-se finalmente a prisão não como um fracasso, mas como um enorme sucesso. Sucesso que resiste, há quase dois séculos, às mais variadas tentativas de reforma, graças ao papel fundamental que a prisão desempenha no sistema de micropoder que garante o regime formalmente igualitário e democrático das sociedades burguesas⁵.

NOTAS

(1) Michel FOUCAULT. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 1977, p. 186.

(2) Id. *Ibid.* p. 158.

(3) Id. *Ibid.* p. 160.

(4) Id. *Ibid.* p. 167 (nosso grifo).

(5) Id. *Ibid.* pp. 194/195.